

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

VARIABILIDADE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO

Aline Franco Diniz¹; Rosângela Leal Santos²

1. Bolsista PROBIC, Graduanda em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alinefrancodiniz@ig.com.br
2. Orientador, Departamento de Tecnologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: rosaleal@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Produção Agrícola, Clima, Agricultura de Sequeiros.

INTRODUÇÃO

O clima é um recurso natural imprescindível, cujas interações com outros elementos do espaço geográfico contribuem para manter condições favoráveis de produção. A agricultura está fortemente influenciada pelas condições climáticas, pois é profundamente dependente dos períodos chuvosos, logo uma modificação na distribuição das chuvas ou uma redução no volume desta, é o suficiente para desorganizar toda a atividade econômica.

Desta forma, as condições favoráveis do tempo podem proporcionar maiores safras, e por outro lado, períodos excepcionais podem trazer efeitos desastrosos para a agricultura, como os prejuízos econômicos. Com isso, esses estudos podem colaborar na obtenção de previsões antecipadas e estimativas confiáveis para o planejamento agrícola e subsidiam as decisões que devem ser tomadas em resposta à ocorrência da seca.

O tema proposto busca analisar a variabilidade da produção agrícola, no período de 2000 a 2008, dos municípios do Território de Identidade do Portal do Sertão, que são: Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso, Anguera, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Irará e Água Fria, e a sua relação com os estudos climáticos.

Desta forma, este trabalho justifica-se pelos efeitos percebidos nos municípios citados que trouxeram grandes efeitos na produção agrícola, principalmente na agricultura de subsistência, que é a fonte de trabalho e sustento de grande massa dos pequenos produtores rurais, é a mais afetada por essas estiagens. Os principais produtos agrícolas são: feijão, milho e mandioca.

A relevância deste trabalho está na importância dos estudos ambientais para efeito de ordenação territorial, na análise de parâmetros da climatologia geográfica e sua contribuição para o conhecimento do comportamento dos atributos do tempo meteorológico (com o propósito de evitar riscos climáticos), na identificação da sua relação com a agricultura de sequeiros, uma vez que, esse tipo de cultivo não depende da irrigação, mas da distribuição das chuvas. Vale salientar que o Estado da Bahia carece de estudos mais específicos acerca das condições climáticas, importante conhecimento para o planejamento agrícola, temática de natureza, eminentemente geográfica. Desta forma, o objetivo desse trabalho é analisar a variabilidade da produção agrícola dos municípios do Território de Identidade Portal do Sertão, no período de 2000 a 2008.

METODOLOGIA

Segundo Gil (1999, p. 26) “método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. O método adotado nessa pesquisa será o hipotético-dedutivo, que parte de um caso particular e generaliza o produto final para avaliar a hipótese e sugere a possibilidade de desenvolver evidências lógicas capazes de apoiá-la ou refutá-la.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, a estratégia da investigação envolve os seguintes passos:

a) Levantamento das informações e da documentação básica pertinente à área de estudo e à temática focalizada caracterizada pelos seguintes tipos:

- Bibliográficos e cartográficos. A base de dados com a Produção Agrícola, do período de 2000 a 2008, serão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da utilização do SIG BAHIA, com a base cartográfica, disponibilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI);

- Utilização dos softwares ARCVIEW 3.3 e SPRING 4.3;

- Banco de dados da precipitação pluviométrica fornecido pela Estação Climatológica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) de 2000 a 2008;

- Levantamento de campo, para reconhecimento da área de estudo.

b) Análises tópicas das diferentes variáveis componentes do quadro geográfico. Nesta fase é fundamental a análise estatística e a utilização das geotecnologias, para a confecção de mapas, tabelas e gráficos para a configuração espacial e temporal da temática estudada.

DISCUSSÃO

Para Raffestin (1993, p. 143) é essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Andrade (1994, p. 213) acrescenta que conceito de território não deve ser confundido com o de espaço. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

O território constitui-se como um conceito-chave da Geografia, e também o conceito norteador dessa pesquisa. Desta forma, podemos compreender o território como:

[...] Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem pra si (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Porto-Gonçalves (2001, p. 138) “a questão social e a questão ambiental surgem como uma só, mas uma só questão com dois lados. E aqui a singularidade de cada uma dessas experiências se encontra com a dimensão universal, planetária”.

Demillo (1998, p. 57) notou uma forte coincidência entre anos de ocorrência do fenômeno oceanográfico e secas no Nordeste. Esta relação se justifica pelas amplas perturbações espaciais da circulação atmosférica tropical que acabam por refletir na localização anômala da Convergência Intertropical (CIT). Ao mesmo tempo em que as chuvas copiosas caem nas planícies costeiras do Peru e Equador causadas pelo *El Niño*, a escassez de chuvas caracteriza o sertão nordestino. Isso ocorre porque a CIT não avança para o sul do Equador, não penetrando, portanto, na região. Esta posição setentrional da CIT, por sua vez, esta relacionada ao fortalecimento do anticiclone do Atlântico Sul e ao dos alísios de sudeste.

Jesus (1991, p. 46) evidencia a influência do fenômeno *El Niño* e *La Niña* sobre as alterações climáticas do planeta que interfere também no Nordeste Brasileiro. Em relação a esta região, já foi comprovado por diversos estudos que os períodos de ocorrência do *El Niño* trazem desvios negativos da normal climatológica.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Por conseguinte, Jesus (1991, p. 47) define o fenômeno *El Niño* como:

Um fenômeno complexo resultante das inter-relações oceano-atmosfera com múltiplas conseqüências ambientais às vezes catastróficas em várias regiões do planeta. Secas severas e inundações têm sido associadas ao evento. No Brasil, mais particularmente, este fenômeno tem uma característica bem peculiar que é de está associado às longas estiagens ocorridas na região do semi-árido e às chuvas intensas ocorridas no sul do país (JESUS, 1991, p. 47).

No Brasil, poucos estudos foram feitos sobre o reflexo das alterações climáticas e seus impactos na agricultura. Assim, faz-se necessário realizar um estudo detalhado das conseqüências dos impactos da seca, como realizado por Barbosa (2000) na dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, publicado também pela SEI (2000), intitulado como “Impactos da Seca de 1993 no semi-árido baiano: o caso de Irecê”. Esse trabalho retrata a seca de 1993 que desestruturou toda a produção do feijão nessa região, trazendo impactos para o pequeno agricultor, como dívidas em bancos, com cerca de 2.500 produtores endividados pela falta de chuva.

Barbosa (2000, p. 80) acrescenta que o clima, por sua vez, é um elemento natural insumidor da produção agrícola, os impactos negativos da seca repercutem na agricultura. Desta forma, a seqüência de meses secos desestrutura completamente a agricultura, principalmente, o cultivo do milho, essa desestruturação tem reflexos também nas demais atividades produtivas regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a série pluviométrica de 2000 a 2008 trouxeram grandes impactos econômicos e sociais para os pequenos agricultores rurais do Portal do Sertão, como a perda das colheitas, os altíssimos juros devido aos empréstimos, somados à falta de políticas públicas dos governos municipais e estaduais, o que contribuíram para uma situação alarmante na organização das comunidades locais.

Enfim, concluímos também que os anos excepcionais têm relação com o fenômeno oceanográfico *El Niño*, tanto em termos de intensidade, distribuição, como também a sua abrangência sócio-espacial, atingindo toda região, e sugerimos que os pequenos produtores, busquem alternar a sua produção agrícola, através da policultura dos cultivos mais resistentes à seca como a mamona, pinha, sorgo, além da criação de animais de pequeno porte, essa seria uma alternativa para o pequeno produtor sobreviver com a severidade dos períodos secos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. 1994. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec, p. 213-220.
- BARBOSA, D. V. N. 2000. *Os Impactos da Seca de 1993 no Semi-Árido Baiano: caso de Irecê*. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), p. 34-67.
- DEMILLO, R.; WATTENMAKER, P. D. 1998. *Como funciona o Clima*. São Paulo, Quark Books, p. 56-66.
- GIL, A. C. 1999. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Atlas, p. 07-20.
- JESUS, E. F. R. 1991. Algumas considerações a respeito das mudanças climáticas atuais. *Boletim de Geografia Teórica*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 45-60.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

MENDONÇA, F. 2007. *Climatologia: noções básicas e Climas do Brasil*. São Paulo, Oficina de Textos, p. 87-91.

PORTO-GONÇALVES, C. W. 2001. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, A. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, EDUC/FAPESP.

RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, p. 93-108.

REIS, R. J. 1998. O fenômeno do *El Niño*. *Caderno Geografia*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 75-78.

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. 1990. *Elementos de estatística*. São Paulo, Atlas, p. 33-68.